



Nações Unidas

Conselho de Segurança – 2025

A Questão da República Democrática Popular da Coreia

Cópia oficial em Português

Relatores: Diego Paes

Flávia Pedrosa

João Ricardo

Nova Iorque – Abril de 2025

Carta de Apresentação

Caro Aluno,

Antes de tudo, dois avisos: em primeiro lugar, não existe e nunca existirá um mecanismo para antever o futuro. Predições podem ser realizadas, entretanto, para que se tornem mais precisas, é necessário o controle de centenas de variáveis, *softwares* avançados para realização de cálculos, além de um extenso e exaustivo trabalho de pesquisa.

Mas tudo isso pode ser posto a perder com um terremoto, a descoberta de uma nova tecnologia imprevista ou um atentado terrorista. Sem uma bola de cristal, é impossível saber se um meteoro irá esmagar o pobre leitor nesse exato momento. É impossível saber se o Brasil sairá vencedor da Copa do Mundo de 2014 ou se a Alemanha tentará novamente conquistar a Europa nos próximos 20 anos, fazendo uso da União Européia.

Portanto, afirmo: em momento algum este Guia de Estudos pretende realizar futurologia. O Universo criado aqui é puramente ficcional, meramente baseados em fatos reais e palpites. Para sua criação, foram utilizados projeções de respeitadas organizações internacionais (Organização das Nações Unidas) e agências governamentais de duvidosa imparcialidade (CIA). O restante que não partir de tais referências, bem como o problema que orientará o debate, parte de projeções *possíveis*, mas em momento algum *exatas*.

O objetivo do comitê é, através da criação de um cenário *possível*, guiar os participantes em uma discussão criativa e intensa, além de levar ao exercício da barganha política.

Em segundo lugar, este Guia é apenas o começo de muitos – *muitos* – documentos que virão por aí no decorrer dos próximos meses. É essencial que os delegados mantenham-se “ligados” acerca de atualizações via internet – orkut, e-group, blog, facebook – de forma a completar suas preparações.

Dentre os documentos que, junto com guia, completarão sua preparação constam, desde notícias, relatórios, resoluções, documentos de posição antigos de atores chaves, páginas de *Cia World Factbook* atualizadas, linhas do tempo, entre outras surpresas que eventualmente aparecerão no meio do caminho. Estes documentos ajudarão a construir o mundo nos quais vocês estarão imersos e onde ocorrerão as discussões. Isto se faz necessário pois os dados a serem utilizados por vocês deverão, necessariamente, ser criados por nós, de acordo com o nosso cenário.

Isto posto, meu nome é Diego Paes, aluno do oitavo período do curso de Relações Internacionais da PUC MINAS. Meus assistentes na direção do comitê serão Flávia Pedrosa e João Ricardo, atualmente no sétimo e quarto períodos, respectivamente. Esperamos que todos apreciem

o guia e aguardamos vocês em outubro.

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes

Diretor

Conselho de Segurança – 79 anos

O Conselho de Segurança das Nações Unidas comemora em janeiro do ano que vem (2026 D. C.) 80 anos de sua fundação, sendo ainda hoje considerado o fórum internacional de maior importância geopolítica. Ele foi formulado após o final da Segunda Grande Guerra (1939-1945), no âmbito da Organização das Nações Unidas (criada em 1945) com objetivo de garantir uma representação igualitária entre as maiores potências que saíram vencedoras do conflito. O poder de veto garantido aos cinco países permanentes – União Soviética, Estados Unidos da América, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, França e República da China (posteriormente substituída pela República Popular da China) – fez com que houvesse uma divisão de poderes dentro do fórum, de forma que as decisões deveriam partir do consenso entre as partes.

O período da Guerra Fria (1945- 1989), com a divisão do mundo entre dois pólos de influência, fez com que os EUA, líder do bloco capitalista, e a URSS, líder do bloco comunista, se confrontassem em qualquer decisão que pudesse afetar diretamente suas áreas de influência, o que fez com que a atuação do Conselho de Segurança durante este período tenha sido caracterizada pela dificuldade em realizar acordos e pela lentidão das negociações. No período de 1946, época de sua instauração, até 1989, com o final da Guerra Fria, foram aprovadas 646 resoluções ou 15 por ano, em média. Apenas nos 17 anos posteriores, período 1990 – 2007 foram aprovadas 1141 resoluções, ou 67 resoluções por ano¹. Além disso, observou-se um aumento considerável nas Missões de Paz das Nações Unidas² no período que vai do final da Guerra Fria até a emergência do terrorismo transnacional como maior preocupação na agenda internacional de segurança, em decorrência dos atentados à Nova York, ocorridos em 11 de setembro de 2001³.

São prerrogativas do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNITED NATIONS

¹ Dados observados no site do Conselho de Segurança das Nações Unidas, disponível em: <http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions07.htm>

■ Missões de Paz em suas mais diversas formas (Peacekeeping, Peace-enforcement, Peacemaking) é uma das prerrogativas do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

■ Anotações de aulas da disciplina de Segurança Internacional, lecionada pelo professor Eugênio Diniz.

SECURITY COUNCIL, 2007):

- *Manter a paz e segurança internacional de acordo com os princípios e propósitos das Nações Unidas;*
- *Investigar qualquer disputa ou situação que poderia levar a fricção internacional;*
- *Recomendar métodos de resolver tais disputas ou os termos do acordo;*
- *Formular planos para o estabelecimento de um sistema para regular armamentos*
- *Determinar à existência de uma ameaça a paz ou ato de agressão e recomendar quais ações devem ser tomadas*
- *Chamar os membros a aplicar sanções econômicas e outras medidas não envolvendo o uso de força para prevenir ou impedir agressões;*
- *Adotar ações militares contra um agressor*
- *Recomendar a admissão de novos Membros;*

Desde sua criação, em 1946, diversas mudanças ocorreram na ordem global. Novas potências econômicas, novas ameaças e novas formas de observar a segurança fizeram com que se iniciasse nos anos 1990 uma forte tendência entre os países membros da ONU por reformas na organização e no Conselho de Segurança. Japão e Alemanha, que saíram em ruínas da Segunda Grande Guerra, se recuperaram de forma vigorosa, transformando-se antes da virada do século na segunda e a terceira maior economia do mundo, respectivamente. A derrocada da URSS levou a uma queda brusca na economia russa no período entre 1990-2010, apesar de continuar um ator de grande importância geopolítica (devido a seu grande poderio bélico). Na década de 2010, atingiu o ápice de seu processo de recuperação econômica, entretanto, sem conseguir atingir a mesma força do período da Guerra Fria. Países como Brasil, Índia e Indonésia iniciaram um processo de crescimento econômico e inserção política no cenário internacional que levou a posição de destaque entre os países em desenvolvimento nas décadas de 1990 - 2000.

O palco principal de tensões geopolíticas deixou de ser a Europa e se tornou o Oriente Médio; o conflito entre israelenses e árabes, iniciado durante a Guerra Fria, perdura e ainda não se aproxima de um equacionamento de maneira satisfatória. A crise na região levou ao uso do terrorismo transnacional por grupos extremistas como ferramenta para obtenção de objetivos políticos.

Nos anos 2000, além do terrorismo, novos temas emergem na agenda de segurança internacional. A preocupação com o Meio Ambiente cresce principalmente nos países desenvolvidos e entre os países diretamente atingidos pelos efeitos de uma possível mudança climática. No ano de 2007 foi realizada, pela primeira vez no âmbito do Conselho de Segurança, uma discussão acerca do impacto das mudanças no clima global na paz e segurança mundial. Assuntos como segurança alimentar, aspectos de segurança relacionado à economia, direitos humanos, refugiados, entre outros, emergiram como variáveis importantes nas discussões dentro do Conselho de Segurança.

Ainda, em 18 de outubro de 2013, o mundo vivenciou, novamente, o medo e a insegurança causados por um ataque terrorista de grande proporção. Em Oslo, Noruega, um atentado utilizando a micotoxina T-2 (popularmente conhecida como “chuva amarela”) vitimou 2500 pessoas, além de deixar seqüelas permanentes em centenas de pessoas. A arma, desenvolvida pela União Soviética no tempo da Guerra Fria, havia sido utilizada no sudeste asiático e no Afeganistão no final dos anos 1970 e começo da década de 1980. Os atentados foram atribuídos ao grupo Ansar al Islam fi Sahara al Bilad al Mulazamin, surgido em 2007 e que possui células por todo o mundo.

Após o ataque, o mundo (que já havia se preocupando muito com o terrorismo desde o 11 de setembro) passou a entender a importância de se acompanhar de perto as necessidades domésticas dos países. Tal preocupação já se estendia desde a década de 1990, contudo, após este novo ataque, a aproximação entre os países aumentou. Os países então caminhavam para uma descentralização, transferindo muitas de suas responsabilidades para as Organizações Internacionais e Regionais. Tais políticas diminuía os custos dos Estados e, ainda, se mostravam mais eficientes. De tal forma, as Organizações Internacionais, principalmente a ONU, passaram a trabalhar em conjunto com as Organizações Regionais, como a ASEAN e a União Africana. Devido a este fato, a presença de mais países que representassem estas organizações no Conselho de Segurança foi essencial.

Este novo cenário internacional, consideravelmente distinto do existente em 1946, fez com que, na virada do século, entre os membros das Nações Unidas, fosse quase consenso a necessidade de uma reestruturação do Conselho. As divergências estavam na maneira como a reforma deveria ocorrer e estas discordâncias eram muitas. Ao menos três propostas diferentes circulavam como principais, cada uma com prós, contras e principais apoiadores. A principal, a do Grupo dos Quatro (um grupo de pressão formado pela Índia, Japão, Brasil e Alemanha no ano de 2004, com objetivo de defender suas candidaturas) incluía a criação de 6 novos assentos permanentes e mais 4 assentos rotativos, elevando o total para 25 membros.

A partir dessa proposta, fariam parte do Conselho de Segurança como membros permanentes a Alemanha, Brasil, Índia, Japão e mais dois países africanos que ainda não haviam sido definidos. Inicialmente, o grupo propunha que os novos membros permanentes teriam poder de veto, assim como os membros permanentes da época. Contudo, a França dissuadiu o grupo desta idéia, de forma a torná-la de mais fácil aceitação. A proposta então passou a incluir uma possível discussão do poder de veto para os novos membros permanentes 15 anos após a reforma.

Os EUA apoiavam abertamente a entrada japonesa como membro permanente, como demonstrado no discurso do presidente George W. Bush na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 2007. O Japão era (e ainda é) observado pelos EUA como uma forma de contrabalançar a China

no continente asiático, sendo sua participação no Conselho muito importante para tal. Todavia, ainda observavam receosos à entrada dos demais, principalmente da Alemanha, que faria com que a União Européia obtivesse três representantes permanentes.

A França e o Reino Unido apoiavam as reformas e as propostas, sendo que a França de maneira aberta e participativa. A inclusão da Alemanha dentro do Conselho era certamente vista com bons olhos, o que daria um renovado peso geopolítico ao continente. O Reino Unido, no entanto, acreditava que a adesão de novos membros deveria ser guiada também pela vontade e disponibilidade de atuar militarmente caso isso se faça necessário².

A China, na época, se demonstrava receosa principalmente quanto à entrada de Japão e Índia - países vizinhos e com os quais possui problemas históricos. Em 2005, em um dos ápices da discussão acerca da reforma, afirmou que vetaria a proposta de resolução caso fosse colocada da maneira como estava. Entretanto, o país se demonstrava disposto a negociar e o Ministro das Relações Exteriores japonês fez visitas à China para discutir a entrada de seu país como membro permanente. O Brasil era apontado como um dos favoritos da China para um assento permanente, devido às boas relações entre os dois países e o fato de serem ambos na época países em desenvolvimento. Segundo Klausing (2006), este apoio não era maior devido à proximidade do país com Índia e Japão através do G-4.

Em discurso à Assembléia Geral das Nações Unidas, o representante da Federação Russa fez coro aos demais membros permanentes afirmando que seu país era favorável a uma reforma, privilegiando a inclusão de países em desenvolvimento de forma a melhor representar os países membros. Ademais, o país demonstrava-se favorável que não houvesse, em um primeiro momento, poder de veto aos novos membros permanentes. Assim como para os demais membros permanentes, para a Federação Russa a perda do poder de veto era algo inaceitável.

Tais fatores deixavam claro como uma reforma era apoiada e vista como necessária por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança original. A expansão do órgão era percebida como fundamental, porém, a forma como ela seria feita era algo que ainda foi debatido por muito tempo. Grupos de trabalho foram criados dentro das Nações Unidas com o intuito de avaliar as propostas realizadas e apresentar novas. Os grupos permaneceram por muito tempo em trabalho, mas suas considerações apontavam para propostas mais flexíveis do que a de novos membros permanentes: mandatos um pouco mais longos, porém com possibilidade de reeleição, ou mandatos extensos sem possibilidade de reeleição. Contudo, isso em nada interferiria no *status quo* da época, sendo uma modificação muito suave para ser considerada efetiva.

Embora apresentasse muitas resistências regionais, a proposta do G-4 era, nos anos 2000, a que mais se aproximava de uma realização. Ainda em 2004, o *High Level Panel on Threats Challenges*

and Change das Nações Unidas propôs uma variação da idéia do G-4: 6 membros permanentes e 3 novos rotativos, elevando o total de membros para 24. Mesmo com as propostas começando a entrar em alguma consonância, ainda seria necessária muita discussão antes que a reforma fosse realizada.

A Reforma

No começo da década de 2010, os membros permanentes do Conselho de Segurança perceberam que não havia mais condições de protelar uma reforma. As pressões internacionais para uma maior representatividade regional e da população mundial se faziam cada vez mais fortes. Em 2014, após dois anos como assunto central na agenda, grupos e mais grupos de trabalho avaliaram todas as implicações de uma possível reforma. A diplomacia do G-4 se mostrou eficiente, conquistando paulatinamente o apoio dos países. Estava claro para todos que a entrada de um membro aliado estava vinculada à entrada de um país que agradasse a outro membro permanente. De forma a facilitar as negociações, todos pareciam estar de acordo que os novos membros permanentes não deveriam ser dotados de poder de veto imediatamente após a entrada. Além do mais, era necessário aos países apresentarem um bom nível de representatividade e liderança internacional, de forma a torná-los mais representativos.

Aprovado pela Assembléia Geral e pelo antigo Conselho de Segurança das Nações Unidas, o novo Conselho contava com seis novos membros permanentes sem veto, mais quatro novos membros rotativos. Estavam inclusos todos os G-4, mais Indonésia e África do Sul.

Os países membros do Conselho permaneceram com suas linhas diplomáticas preservadas, mantendo os mesmos discursos de política externa e preservando em grande medida suas ideologias políticas desde a década de 90.

A inclusão da Alemanha

Embora o continente europeu já possuísse dois membros representantes, suficiente se considerarmos a parcela da população mundial ali representada, a inclusão da Alemanha era considerada essencial levando em consideração sua força econômica, seu papel de centro financeiro mundial e sua liderança frente às novas agendas e assuntos internacionais, além de ser um dos maiores doadores da Organização das Nações Unidas. Frente às resistências, alguns setores políticos alemães defenderam, em 2005, que a França deveria ceder seu assento permanente em vazão de uma cadeira europeia – o que era improvável que acontecesse.

O processo de integração da União Europeia, atrasado devido à rejeição da Constituição

Européia em 2005 (pelas populações da França e dos Países Baixos em referendos) e do Tratado de Lisboa em 2008 (pela população da Irlanda também em referendo) continuou através dos anos, mas em momento algum evoluiu a ponto de unificar todo o bloco. Desta forma, Reino Unido, Alemanha e França permanecem partes de um grupo coeso, porém acima de tudo soberanos sobre seus próprios territórios e cidadãos, senhores de sua própria política externa.

A inclusão da África do Sul

A África do Sul já havia sido uma potência nuclear, sendo o único país do continente a possuir tal capacidade bélica. Entretanto, o país abriu mão de seu armamento nuclear com a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. A África do Sul atuava como líder dentro da União Africana (UA), o que colaborou para sua inclusão no conselho, pois a ONU buscava lideranças regionais capazes diplomaticamente e economicamente de fornecerem uma relativa estabilidade à sua região. A África do Sul se destacava desde o início do século pela presença em missões de paz no continente: os países africanos aceitavam a ajuda humanitária provida da África do Sul, pois estes compartilhavam de uma identificação político-cultural local. Embora ainda portando as cicatrizes do *apartheid*, possuía uma estabilidade política, além de ser a maior economia do continente. Estes fatores a tornavam, portanto, a primeira opção para um representante africano como membro permanente do Conselho de Segurança.

Havia na época a tendência de buscar incluir países em vias de desenvolvimento e que representassem regiões que não possuíam assento permanente. Considerando também a disponibilidade demonstrada pela África do Sul em atuações em missões de paz, sua inclusão como membro permanente foi de fácil acordo. Além do mais, o país vinha apresentando um crescimento econômico formidável, fazendo com que despontasse entre os países em desenvolvimento.

A inclusão do Brasil

A busca por um assento permanente e por um papel de maior destaque do Brasil na sociedade internacional é algo que pautou as relações exteriores do Brasil desde o tempo da Liga das Nações (quando saiu da organização devido à inclusão da Alemanha em detrimento da sua no Conselho da Liga). Desde os anos 1990, o Brasil desponta como maior economia da América do Sul e líder regional. Tendo em vista o assento permanente, aumentou seu papel em Missões de Paz ao liderar a missão da ONU no Haiti, como forma de demonstrar sua disponibilidade para tal.

O Brasil durante a crise estadunidense, voltou sua atenção para a reestruturação do Mercosul, fortalecendo seus laços diplomáticos com os países sul americanos, fornecendo soluções

econômicas para os países membros no decorrer da crise, descentralizando os Estados Unidos como sendo seu principal parceiro econômico e ampliando o comércio principalmente com a União Européia e a ASEAN.

A política externa brasileira é pautada, desde os tempos do Barão de Rio Branco, por uma visão multilateral e equacionadora dentro da sociedade internacional, com o respeito à soberania e ao direito internacional. O Brasil na época da reforma se mostrava um líder entre os países em desenvolvimento, principalmente em questões relacionadas à Organização Mundial de Comércio (OMC) e outras questões desenvolvimentistas.

O Brasil sempre possuiu boas relações com todos os membros permanentes do Conselho antes da reforma, e sua inclusão foi de fácil acordo, levando em consideração sua postura de liderança entre os países da América do Sul e demais países em desenvolvimento, e também as boas relações do país com o continente africano.

A inclusão da Índia

A população indiana representava um quinto da população mundial, o que por si só era um motivo suficiente para sua participação. A Índia possuía armas nucleares e mais de 280 milhões de homens em idade potencial para servir o exército, além de mostrar-se disponível para atuar em missões de paz. Ademais, o país também possuía uma economia vibrante que vinha crescendo a elevadas taxas e que continuou crescendo no decorrer da década seguinte.

Esperava-se que a Índia se tornasse um grande pólo econômico dentro da Ásia, o que de fato ocorreu, e a postura da Índia de sempre buscar a cooperação regional também a tornou um líder entre os países vizinhos. As grandes multinacionais viam na Índia uma grande chance de ampliaram seus lucros, com um grande mercado consumidor e uma mão-de-obra barata porém qualificada. Várias empresas vindas principalmente da Europa e América do Norte tornaram a Índia o grande pólo industrial mundial, os produtos indianos lotavam as prateleiras de todo o mundo.

Quanto a existente resistência chinesa à inclusão indiana, a constante negociação (facilitada pelo fato da proposta do G-4 de abrir mão do poder de veto inicialmente) através do G-4 e a aproximação entre as partes (as relações comerciais entre China e Índia cresceram rapidamente, muito além dos 7,6 bilhões de dólares da década de 2000) fez com que a China aceitasse a inclusão deste país.

A inclusão do Japão

O Japão possuía a segunda maior economia do mundo e durante toda a década de 1990 foi o país que mais realizou doações a Organização das Nações Unidas. Ele detinha um potencial bélico formidável, levando em consideração sua alta tecnologia e recursos financeiros que podiam ser investidos na criação de um poderoso exército.

Embora o Japão possuísse resistência por parte da China, era o único país que recebia apoio aberto e incontestado dos EUA à vaga de membro permanente. A reforma do Conselho só ocorreria com aval dos Estados Unidos e a inclusão do Japão como membro permanente era fundamental para que o país sequer levasse em consideração a reforma. A resistência da China era velada; os dois países eram inimigos históricos, além de possuir divergências regionais, todavia esforços diplomáticos japoneses no ano de 2000 em uma aproximação com China foram tidos como o primeiro passo para um futuro acordo.

Após os jogos olímpicos de Pequim em 2008, a diplomacia chinesa tornou-se receptível aos esforços nipônicos de manter boas relações entre eles. O ataque terrorista na Noruega colocou todos os países em um estado de alerta. Com medo de um possível ataque norte coreano, China, Japão e Coreia do Sul assinaram o Tratado de Seul em 2012, que dizia respeito à implantação da segurança coletiva, no qual ficava definido que se algum dos três países fosse atacado, os demais invadiriam o país atacante. O tratado possibilitou que a China aceitasse a entrada do Japão no Conselho de Segurança.

A inclusão da Indonésia

A proposta original do G-4 incluía a entrada de dois países africanos. Além da inclusão da África do Sul, outro provável membro permanente seria um país muçulmano: provavelmente Nigéria ou Egito. Entretanto, os dois países possuíam PIB muito reduzido, pouco prospecto de crescimento e capacidade bélica pouco expressiva, além de instabilidades políticas. O Egito encontra-se muito próximo a Israel, o que geraria muita resistência, e estimava-se que a Nigéria tornar-se-ia um país majoritariamente cristão por volta de 2020, o que, de fato, não aconteceu. Outros atores locais não detinham estabilidade política ou capacidade militar e econômica de atuar como membros permanentes.

A inclusão de um país de maioria muçulmana foi algo de muito interesse e muito buscado em uma reforma. O atentado terrorista na Noruega e a crescente onda de ataques terroristas ao redor do mundo fizeram com que a entrada de um país muçulmano no Conselho de Segurança que pudesse deter o avanço destes ataques, mas sem possuir grupos ligados ao terrorismo em seu território, fosse tida como necessária.

No entanto, esperava-se que este país apresentasse uma constituição política mais razoável, boas relações com os membros permanentes, capacidade econômica e perspectivas de crescimento de forma a se tornar um ator de peso, bem como boa representação de determinada região ou grupo de países dentro da sociedade internacional.

Neste caso, levou-se em consideração a Indonésia como sexto membro permanente, por se tratar de um país de maioria muçulmana além de representar o grupo de países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), região que vinha aumentando sua importância geopolítica e econômica a nível global, que não se seria bem representada através da China ou da Índia, que na verdade representariam apenas a si mesmos. Naquela época já se estimava que a população do Sudeste Asiático chegaria a 686 milhões de habitantes ao final do primeiro quarto do século2.

A Indonésia possuía na época um PIB razoável e boas perspectivas de crescimento. Apresentando um crescimento de 6% a 7% na década seguinte que, combinado com seu aumento populacional, o tornou um ator de peso internacionalmente e um líder entre os países em desenvolvimento. Ao considerar perspectivas futuras de longo prazo, a inclusão da Indonésia foi uma escolha interessante em uma reforma do Conselho de Segurança.

A Indonésia da virada do século apresentava alguns problemas internos, inclusive grupos separatistas. Seu relacionamento com os membros do Conselho também não era ideal, principalmente com os EUA na questão da Província do Timor Leste (na época, o Timor Leste era independente). Sua inclusão como membro permanente era pouquíssimo provável e durante os anos 2000 seu nome mal era citado nas discussões acerca da reforma. Entretanto, a inclusão de um país muçulmano facilitaria, por exemplo, a aceitação da entrada da Índia por países como o Paquistão (país muçulmano inimigo histórico da Índia), além de evitar uma possível onda de ataques terroristas que almejassem a inclusão de um país de maioria muçulmana no Conselho.

Os novos membros permanentes representam hoje as seguintes parcelas da população mundial, segundo dados da ONU: 4 membros permanentes (um deles com veto) representam o continente asiático 4.778 bilhões de pessoas que habitarão o continente por volta de 2025; representantes das Américas (um deles com veto), representando 1.080 bilhões de pessoas; 1.393 bilhões de pessoas na África representados por apenas um membro (sem poder de veto); 3 representando a Europa (sendo dois com poder de veto) apenas 715 milhões de pessoas, porém observando o peso econômico e a relevância de seus países, mais a Federação Russa, que desde o fim da Guerra Fria representa a si mesma e seu poderio bélico.

A inclusão de quatro assentos rotativos

² Segundo estimativas da United Nations Population Division.

Uma das questões levadas em consideração durante as discussões da reforma é que não seria apenas necessária a expansão representativa dos países membros. Seria também essencial um aumento no número de assentos rotativos, tendo em vista uma maior participação de países. Ficou acordado, então, a criação de quatro novos assentos rotativos, com mandatos de 2 anos, o que elevou o total de membros do Conselho de Segurança para 25.

Como menos privilegiado em relação a número de membros permanentes representando o total de sua população, o continente africano passou a contar com **cinco** cadeiras cativas (dentre as quais, ficou acordado informalmente que uma seria destinada a países árabes). Três assentos seriam reservados a países americanos, três para países europeus (inclusive leste europeu) e três para Ásia e Pacífico.

Mudanças nas regras do Conselho

Antes da reforma, as decisões do Conselho eram aprovadas por uma maioria de 9 votos a favor, sendo necessário o voto afirmativo ou abstenção por parte dos membros permanentes. Além disso, caso 7 membros não permanentes votassem contra, a proposta de resolução não era aprovada.

Uma das vantagens da reforma no Conselho de Segurança foi a sua atuação, de certa forma, de maneira mais democrática. Os cinco membros permaneceram com poder de veto; entre os novos 6 membros, 4 votos contrários vetam uma resolução; entre os demais 14, 10 é o número necessário para vetar uma resolução. Verificou-se então uma extensão do mecanismo de “veto escondido” que ocorria por parte dos membros não permanentes antes da reforma.

No total, entre os 25 países membros, 15 votos a favor são necessários para aprovar uma resolução. Exemplificando: caso consiga 15 porém 10 contrários vindos de membros rotativos a resolução cai. Caso consiga 21 votos, contudo 4 contrários vindo de novos membros permanentes, a resolução também cai. Caso consiga 24 votos e apenas um contrário vindo de um membro com veto, a resolução cai.

O Mundo Hoje

No início do século XX, alguns responsáveis por patentes pensaram em fechar as portas. Isto porque se acreditava que já havia se inventando de tudo. Mal sabiam eles que o século que viria levou a um conjunto de intensas transformações na comunicação, que tornou o mundo menor e que até hoje ditam o funcionamento do mundo moderno. Não ocorreram grandes quebras ou

avanços tecnológicos: computadores são muito mais rápidos, (embora a tecnologia quântica que permitiria respostas antes que qualquer comando fosse efetuado ainda exista apenas nos sonhos da Intel) e Internet muito mais eficiente (grande parte dos serviços se concentra única e exclusivamente on-line). Descobrimos a possibilidade de falar no telefone e ver a pessoa ao mesmo tempo, assim como percebemos como isso não é conveniente nem prático 90% das vezes. As tentativas de criar o teletransporte apenas renderam milhares de coelhos e ratos de laboratórios mortos (e ondas de protestos da PETA) e processos milionários dos parentes de cobaias humanas. As máquinas do tempo foram abandonadas quando o último cientista se deu conta de que o tempo não existe, é apenas uma forma de quantificar as mudanças físicas. As comunicações via satélite congestionam o espaço e telefones globais são regra. Robôs foram projetados com sucesso para servirem de enfermeiros no trato de idosos e crianças, mas o produto foi um fracasso completo ao se constatar que bebês e velhinhos tinham medo deles - e crianças mais novas simplesmente os destruíam.

A economia do mundo se tornou ainda mais integrada, o que não apenas aumenta os riscos de uma crise econômica global, como torna os países muito mais dependentes em relação uns aos outros. A capital financeira mundial que antes era Londres e rapidamente passou para Frankfurt, agora se aproxima cada vez mais da Ásia. Países como Cingapura e Malásia crescem vertiginosamente através de investimentos de capital. China, Índia, Indonésia e demais países do sudeste asiático continuaram seu rápido crescimento econômico da virada do século devido a suas economias trabalho-intensivo e investimento de países desenvolvidos.

Os países desenvolvidos estão velhos. A média de idade subiu consideravelmente em relação à década de 2000, devido às baixas taxas de natalidade e aos avanços tecnológicos na área de saúde. A Europa é um continente idoso, o que fez a economia do bloco diminuir nos últimos cinco anos, reflexo da diminuição da população economicamente ativa. Indústrias começaram a migrar em massa durante a década de 2010 para países em desenvolvimento na América Latina, África e Ásia, fazendo com que estes países apresentem um crescimento cada vez mais acelerado.

As tecnologias de comunicação são responsáveis por um mundo mais próximo: além de facilitar a integração econômica, são responsáveis pelo crescente fluxo de idéias ao redor do globo, aproximando as pessoas. Organizações Não-Governamentais possuem um papel importante nesse aspecto, tornando-se ainda mais influentes junto à população e, por conseqüência, ao governo dos países. Empresas multinacionais também ajudam na integração e marcas globais predominam em relação a marcas locais. Nada muito diferente do mundo vinte anos atrás, apenas uma progressão natural, que tornou o mundo ainda menor.

O terrorismo transnacional agora está mais descentralizado que nunca. Grupos terroristas

com membros vivendo em diferentes partes do mundo se organizam sem jamais terem se conhecido pessoalmente. Tais grupos realizam ataques mais elaborados, atingindo também a rede virtual. Caos financeiro é gerado por ações terroristas a redes de bolsas de valores, mesmo com gastos exorbitantes com segurança. O risco de ataques com agentes biológicos é crescente. Isso se reverte em maior monitoramento e estratégias mais avançadas e eficientes de combate ao terrorismo, já que a invasão de países não se provou eficiente para tal. Informantes contratados, infiltração de agentes, escutas telefônicas, maior controle do fluxo de informações via internet, bem como a atuação conjunta de grupos especializados em combate ao terrorismo de diversos países tentam impedir ações terroristas com relativo sucesso.

Dentre os países mais problemáticos de 20 anos atrás, o Irã avançou em seu processo de integração econômica através de parceiros como a China e a Rússia. O Governo Islâmico ainda se faz presente, contudo, o país se assemelha em muito com a China do início do século. Controle por parte do governo, mas economia que avança a passos largos traduzida em desenvolvimento para o país. Sua política externa também é muito mais moderada, consequência da maior integração econômica.

Mianmar permanece sob o governo da junta militar, no entanto, de forma muito mais “amaciada” do que no início do século. O país se une à Coreia do Norte para suportar as pressões internacionais, principalmente dos demais países da Associação das Nações do Sudeste Asiático. Isso fez com que o governo de Mianmar buscasse uma maior observância dos Direitos Humanos dentro de seu país, embora a repressão ainda ocorra e o país seja alvo de constantes ataques políticos dos Estados Unidos e Europa. A Rússia é o principal parceiro econômico de Mianmar, que importa produtos agrícolas e tecidos.

A China moderna iniciou seu processo de abertura política de maneira moderada, não resistindo aos avanços econômicos que levaram a população do país a um nível onde o controle exercido não seria mais tolerado. Fidel Castro deixou Cuba para seu irmão, Raul Castro, estagnada. Após a morte de Fidel, Raul iniciou uma série de reformas no país, que agora cresce devido ao turismo e exportação de pessoal qualificado. Na Coreia do Norte, Kim Jong Il faleceu deixando herdeiros despreparados para exercer o cargo; militares agora exercem grande influência sobre o novo líder político norte-coreano. O país encontra-se mais fechado do que nunca, e seu discurso muito mais agressivo e nacionalista.

A Situação na República Popular Democrática da Coreia

Após a Segunda Grande Guerra, a península da Coreia, que havia sido controlada pelo

Japão, acabou sendo dividida em duas, no paralelo 38. À parte norte ficou sob controle soviético, e o sul, sob controle estadunidense. Com apoio da União Soviética é proclamada em 1948 a República Popular Democrática da Coreia ou Coreia do Norte, como ficou mais conhecida. Os soviéticos deixaram no controle do país o Partido Comunista da Coreia do Norte e o Exército Vermelho, treinado pelo líder do país, Kim Il-Sung, com uma força estimada de 135 mil homens.

Na parte sul, foi proclamada a República da Coreia, em 1948. Os Estados Unidos, antes de deixarem o país em 1949, organizam eleições pela qual fica escolhido Syngman Rhee como presidente. As forças estimadas do país são consideravelmente menores do que as do norte: 98 mil homens, suficientes para garantir a proteção do país, mas não para amparar qualquer desejo da parte Sul de unificar a península.

Em 25 de junho de 1950, motivados pelo tamanho superior de suas forças, a RPD Coreia realizou um ataque surpresa à Coreia do Sul que levou a um dos momentos de maior tensão na Guerra Fria. O Norte, apoiado pela China comunista e União Soviética, e o Sul, apoiado pelos EUA e aliados iniciaram uma guerra de três anos que teria como saldo 2 milhões de civis coreanos mortos.

Em 27 de julho de 1953, um cessar fogo foi finalmente estabelecido. Mas isso não significou a paz. Até hoje, a fronteira entre as duas Coreias permanece uma das zonas mais militarizadas em todo o mundo.

No norte, Kim Il-sung liderou o país de 1948 até 1994, sendo Primeiro-Ministro no período de 1948-1972 e Presidente entre 1972 e 1994. Devido à grande centralização do poder, ocorreu na Coreia do Norte à formação de um culto à personalidade do líder, característica que permaneceu após sua morte, em 1994, e conseqüentemente perdurou com a ascensão ao poder de seu filho, Kim Jong-Il.

Durante o período que Kim Jong Il permaneceu no poder, a RPD Coreia passou por uma série de agravos internos, bem como problemas internacionais. Devido à má administração econômica e a uma série de desastres naturais que assolaram o país, uma grande escassez de comida pode ter levado a morte de até dois milhões de pessoas, segundo agências humanitárias. Durante os anos 1990 e 2000, o país conseguia alimentar sua população apenas graças à ajuda externa. Ao mesmo tempo, o país manteve o quarto maior exército regular do mundo, um luxo para um país que apresentava graves crises econômicas.

A questão do poderio nuclear da Coreia do Norte era de grande preocupação tanto para a Coreia do Sul quanto para os demais aliados. Em 1994, Kim Jong Il pediu em troca do fim de seu programa nuclear, dois reatores nucleares para produção de energia, além combustível nuclear, o que foi provido pelos EUA um ano depois.

Mas foi durante os anos 2000 que a questão nuclear atingiu seu ápice. Em 2003, a RPD Coréia retira seu nome do Tratado de Não Proliferação Nuclear, levando ao aumento da preocupação internacional. Neste mesmo ano, são iniciadas as Conversações a Seis, entre a Federação Russa, Japão, Estados Unidos, China, República da Coréia e RPD Coréia, com o objetivo de equacionar a situação.

Contudo, a Coréia do Norte permaneceu fazendo declarações sobre seus avanços no programa nuclear. Em fevereiro de 2005, o país afirma ter finalmente obtido armas nucleares. Com o agravamento da situação, o país consegue novo acordo, pelo qual, em troca de desistir de seu poderio nuclear, receberia nova ajuda, além de um novo reator nuclear para a produção de energia.

Em 2006, a situação se agrava além dos limites. Em julho deste ano, o país realiza testes, embora falhos, de mísseis balísticos de longo e médio alcance. Ao conseguir tais mísseis, o país seria capaz de enviar armas nucleares até a costa oeste dos Estados Unidos. Em outubro, a Coréia do Norte afirma ter realizado seu primeiro teste nuclear.

Este novo desenlace na questão da Coréia do Norte foi resolvido no início de 2007, através das Conversações a Seis, pelo qual, novamente, o país se compromete a abdicar de suas pretensões nucleares em troca de ajuda e combustível.

Todavia, o comprometimento do norte nunca foi plenamente realizado. Ao final de 2007, os EUA afirmaram que o país não atendeu as pré-condições para a ajuda. A China pede que a Coréia do Norte honre seus compromissos. Em 2008, testes de mísseis de curto alcance realizados pela RPD Coréia aumentam novamente as tensões entre as duas Coréias.

A situação, no entanto, permanece estável nos próximos dez anos. O país continua fechado, recebendo ajuda externa, com sérios problemas de violação de direitos humanos sendo denunciados anualmente por relatórios de Organizações Não Governamentais e relatórios do governo japonês, estadunidense e sul coreano. Eventualmente, novas tensões emergem, mas nada que leve a uma realização das Conversações a Seis.

Kim Jong Il faleceu em 2018, aos 76 anos de idade, consequência de problemas relacionados à diabetes. Uma de suas grandes falhas como Líder da República Democrática da Coréia foi não ter conseguido preparar um de seus três filhos apropriadamente para sua sucessão. Seu filho mais velho, Kim Jong Nam, então com 47 anos, já havia saído da linha de sucessão mais de dez anos antes após causar embaraço internacional ao pai, por tentar entrar no Japão disfarçado. Em seu lugar, ficou definido o filho do meio, Kim Jong Chool, então com apenas 37 anos (16 a menos que o pai quando sucedeu seu avô, Kim Jong Sung). Isso causou alguns problemas junto à opinião das classes políticas norte-coreanas, pois a cultura do país (baseada no confucionismo) tende a

privilegiar o filho primogênito.

Kim Jong Chool havia sido apontado como sucessor em 2012. Tivera educação em escola suíça e seu “treinamento” para a liderança do país se iniciara ainda com 26 anos de idade, quando foi apontado como Vice-chefe na Agência de Organização e Orientação do Partido dos Trabalhadores da Coreia. Entretanto, o pouco tempo junto às funções governamentais e sua pouca idade ao assumir o cargo fez com que ocorressem crescentes divisões dentro da política norte-coreana; membros das elites locais pediram por reformas que antes não conseguiam devido à centralização excessiva do poder por parte de Kim Jong Il. A falta de experiência do jovem líder fez com que fosse muito influenciado por militares que fizeram parte de seu treinamento político: inicia-se uma série de perseguições a lideranças políticas locais e que possam rivalizar com seu poder. Seu irmão mais novo é exilado do país – temia-se que pudesse ser visto como uma alternativa para o poder por grupos políticos, motivando uma revolução.

Centenas de pessoas que tentam escapar do país pela China são assassinadas por militares. Agências de inteligência sul-coreanas reportam diversas atrocidades, chamando atenção da comunidade internacional. O país se fecha ainda mais, e as poucas notícias se têm do país são vindas de relatórios chineses e sul-coreanos. Sabe-se que o povo passa fome, mesmo com alguma ajuda internacional que ainda chega ao país.

O Departamento de Estado dos EUA, em seu relatório anual sobre direitos humanos, denuncia a existência de mais de 100 mil presos políticos, além da ocorrência de assassinatos em massa, execuções públicas, trabalhos forçados, desvio de comida proveniente de ajuda humanitária, estupros, tortura e trabalho infantil. Tudo realizado, segundo o relatório, como uma política de governo.

No final de 2022 a República da Coreia juntamente com o Japão manifesta abertamente sua preocupação acerca da Coreia do Norte ter retomado seu programa nuclear com fins agressivos, que se acreditava ter paralisado após as negociações internacionais em 2007. Além do mais, os dois países acusam a República Democrática Popular da Coreia de usar a ajuda internacional com fins única e exclusivamente militares em detrimento da população de seu país, afirmando ainda a existência de graves abusos aos direitos humanos.

O governo da Coreia do Norte afirma que qualquer gasto efetuado é realizado tendo em vista única e exclusivamente o bem estar da população de seu país, e que não admitirá de maneira alguma quaisquer posturas intervencionistas por parte da República da Coreia, Japão ou qualquer outro estado. Tal declaração é apoiada por Mianmar, um dos únicos países com o qual ainda mantém relações constantes. Mianmar é o elo de ligação da RDP Coreia com a ASEAN, maior provedor de ajuda humanitária ao país.

Mesmo que o governo norte coreano tenha afirmado que tinha interrompido o enriquecimento de urânio para produção de bombas, documentos não oficiais de 2022 mostram que existem bombas nucleares sendo fabricadas com capacidade de atingir a China, Japão e os EUA, e a movimentação de militares dentro do território da Coreia do Norte.

Em outubro de 2023 a Coreia do Sul, Estados Unidos e Japão fazem coro na abertura da Assembleia Geral da ONU ao clamar por maior atenção mundial a situação na Coreia do Norte. Segundo os EUA, um governo que escraviza seu próprio povo em fábricas de armamento (segundo relatórios da Human Rights Watch), e abandona-os para morrer de fome após certa idade não pode mais ser tolerado no século XXI.

Especialistas encaram a mudança de atitude da Coreia do Sul como uma constante preocupação com a identidade coreana. Novos líderes no país, embora vejam os EUA ainda como aliado, o observam como responsável pelos problemas com o norte e com a divisão do país. A morte de Kim Jong Il não trouxe esperanças de uma reunificação, porém observa-se que para o país a resolução da questão se faz cada vez mais desejada. O crescente aumento da militarização da Coreia do Norte geraria nada além de um entrave para a resolução da questão.

Um novo relatório acerca da situação na Coreia do Norte é introduzido em maio de 2024 no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Conselho pede por inspeções gerais acerca do poderio bélico e questões de direitos humanos no país, que são negados pelo governo. É iniciada uma nova tentativa com a retomada das Conversações a Seis, entre outubro de 2024 e janeiro de 2025. Tais encontros, que tiveram sucesso em sanar controvérsias no início do século, se revelam um fracasso.

Em março de 2025 um avião espião sul coreano foi abatido em espaço aéreo da RDP Coreia. A notícia ganha o mundo rapidamente, e o governo norte-coreano afirma ser este o motivo pelo qual se recusa a negociar: as tentativas imperialistas do vizinho do sul, traidor de seu próprio povo. Em abril, o governo japonês reporta ao Conselho de Segurança que a RDP Coreia conseguiu com sucesso testar mísseis balísticos intercontinentais. Tais mísseis possuem a capacidade de atingir facilmente toda a costa oeste dos EUA, além de todas as grandes cidades asiáticas. O velho temor acerca das capacidades nucleares norte-coreanas retorna ao cenário internacional.

Ainda em abril, o Conselho de Segurança se reúne em Nova Iorque para discutir a questão da República Democrática Popular da Coreia.

Questões que devem orientar o debate

1- Até que ponto os relatórios apresentados podem ser considerados de confiança?

- 2- Qual a melhor forma de negociar com o governo norte coreano, frente à questão apresentada?
- 3- Os testes realizados pela RDP Coréia não indicam apenas uma resposta justa ao avião espião sul-coreano?
- 4- Quais os custos de uma intervenção armada?
- 5- Tais custos, levando em consideração a perda de vidas humanas, seriam demasiados frente aos benefícios?
- 6- Tais custos seriam demasiados frente às - alegadas - condições de vida da população norte coreana?
- 7- Quais os problemas para a comunidade internacional do apoio de Mianmar à Coréia do Norte?
- 8- Quais as medidas a serem tomadas pelo Conselho em frente a um possível ataque militar ou nuclear da Coréia do Norte?

Referências Bibliográficas

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolução 1718**. Out. 2006. Nova Iorque. Disponível em: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/572/07/PDF/N0657207.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15 de dez. 2007.

GLOBAL SECURITY. **Kim Jong Chol - Leadership Succession**. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/dprk/kim-jong-chol.htm>>, Acesso em: 15 dez. 2007.

CAFÉ, Eduardo; MORETZSOHN, Bernardo; DURSO, Ana Paola; MORTARA, Paulo. **Guia de Estudos - TEMAS ÁSIA**. Conselho de Segurança das Nações Unidas - A situação na Península da Coréia. Belo Horizonte, fev. 2007. Disponível em: http://www.temasmg.org/arquivos/2007/Guias/guia_csnu.pdf, Acesso em: 16 de dez. 2007.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL **Mapping the Global Future: Report of the National Intelligence Council's 2020 Project**. Washington D.C 2004. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/2020/2020.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2007

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL. **World Population Prospects**. Disponível em: <http://esa.un.org/unpp/p2k0data.asp>. Acesso em: 15 dez. 2007

STRAW, Jack. **Shaping a Strong United Nations**. Londres, 2004. Disponível em:

<http://www.fco.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate/ShowPage&c=Page&c id=1007029391629&a=KArticle&aid=1093350486135>. Acesso em: 15 dez. 2007.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **CIA - The World Factbook**. 2007. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Acesso em: 14 dez. 2007

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO. **United Nations Reform**. TOKYO. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/un/reform/index.html>. Acesso em: 15 dez. 2007.

KLAUSING, André Lemos. **Conselho de Segurança: alternativas para um projeto de reestruturação**. Disponível em <www.pucminas.br/conjuntura> Acesso em 15 dez. 2007.

LAMAS, Bárbara Gomes. **O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança**. Disponível em <www.pucminas.br/conjuntura> Acesso em 15 dez. 2007.

NOGUEIRA, Carolina Dantas. **A China e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU**. Disponível em <www.pucminas.br/conjuntura> Acesso em 15 dez. 2007.

NOGUEIRA, Joana Laura Marinho. **62a Assembléia Geral das Nações Unidas**. Disponível em <www.pucminas.br/conjuntura> Acesso em 15 dez. 2007.